

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

7 – SETOR PÚBLICO

QUESTÃO 1

Com relação ao Estado, às suas funções e formas, assinale a opção correta.

- A O Estado possui poder introverso, pois pode impor obrigações a terceiros.
- B Considerando o fato de que, na atualidade, os curdos lutam para dispor de um território exclusivo, é correto afirmar que a inexistência desse território exclusivo impede a existência de um Estado curdo próprio.
- C Os Estados Unidos da América são um exemplo de federação em que os estados-membros são soberanos.
- D O aparelho de Estado é o que se configura pela sua apropriação pelo governo.
- E A existência do Estado, sob o enfoque econômico, assegura a incondicional liberdade de iniciativa dos agentes econômicos.

QUESTÃO 2

O fornecimento de bens e serviços públicos está diretamente ligado a funções do governo relacionadas à forma e à intensidade de sua intervenção na economia. Uma medida relacionada à função distributiva é

- A a redução das alíquotas do imposto de renda, para estimular o consumo privado.
- B a isenção do IPI incidente na venda de veículos de transporte individual, como incentivo à sua produção.
- C a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas.
- D a taxação das importações de supérfluos, a fim de fortalecer a indústria nacional.
- E a construção de usinas hidrelétricas com receita orçamentária.

QUESTÃO 3

Considerando que os bens e serviços públicos são aqueles cujo consumo ou uso é indivisível e não concorrente, assinale a opção correta.

- A Se os recursos destinados ao suprimento/fornecimento dos bens e serviços públicos forem insuficientes, parte da população ficará automaticamente excluída da sua utilização.
- B A utilização do bem/serviço por um indivíduo reduz fisicamente a oferta disponível para os demais indivíduos.
- C Os bens semipúblicos ou meritórios não se submetem ao princípio da exclusão.
- D Há bens de consumo coletivo, como o transporte urbano de passageiros, em que o princípio da não exclusão se aplica somente até o ponto de congestão.
- E Os benefícios dos bens semipúblicos são totalmente internalizados pelo indivíduo que os consome.

QUESTÃO 4

Descentralização é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica. Acerca das modalidades de descentralização administrativa, assinale a opção correta.

- A A descentralização territorial ou geográfica é própria dos Estados federados, com normas emanadas do poder central.
- B A descentralização por serviços materializa-se pela delegação de serviços públicos para organizações privadas independentes, fora da estrutura da administração.
- C Um dos aspectos que caracterizam a descentralização funcional é sua independência em relação à administração central, não se sujeitando a controle ou tutela.
- D Na descentralização por colaboração, atribui-se a execução do serviço a particulares, mas o poder público conserva sua titularidade.
- E A desconcentração se diferencia da descentralização, por se tratar de distribuição externa de competências.

QUESTÃO 5

As circunstâncias caracterizadas como falhas de mercado impedem a alocação eficiente ou ótima dos recursos. A respeito dessas falhas, assinale a opção correta.

- A A provisão de bens públicos é financiada pela tributação, por não ser aplicável a eles o sistema de preços.
- B Quando a escala de produção levar à existência de um monopólio natural, o governo deverá abandonar o papel de regulador e assumir o de produtor.
- C Para compensar as externalidades negativas provocadas por uma empresa, o governo pode conceder a ela subsídios.
- D Quando os riscos associados à produção de determinado bem resultarem em insuficiência de sua oferta pelo setor privado, o governo deverá assumir o controle das empresas do setor até completar os investimentos necessários.
- E A publicação das informações econômico-financeiras das empresas de grande porte só deve ser obrigatória para as que se constituírem como companhias abertas.

QUESTÃO 6

Existem serviços que, pela sua natureza, são intrinsecamente públicos, mesmo que o seu fornecimento seja privado, situação em que o Estado deve assumir a responsabilidade como regulador ou fiscal do serviço. Por meio da regulação, busca-se, prioritariamente,

- A** garantir os interesses dos prestadores de serviços.
- B** tratar, com autonomia, dos conflitos entre prestadores e usuários dos serviços.
- C** assegurar aos prestadores de serviços que se instalem e funcionem onde lhes for mais viável.
- D** facilitar a entrada de novos concorrentes no mercado.
- E** assegurar reajustes automáticos e incondicionais das tarifas praticadas.

QUESTÃO 7

Considerando que a autonomia dos entes federados pressupõe repartição de competências, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** A edição de normas gerais sobre licitações e contratos é de competência concorrente da União e dos estados.
- B** A instituição de impostos não previstos na CF da competência comum de todos os entes.
- C** A instituição de contribuição dos servidores para custeio da previdência social é prerrogativa exclusiva da União.
- D** Os municípios podem instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- E** O Distrito Federal (DF) é competente para legislar tanto sobre as competências reservadas aos estados, como sobre as atribuídas aos municípios.

QUESTÃO 8

Pela atribuição de competências, divide-se o próprio poder de instituir e cobrar tributos entre os entes federativos. Entre os critérios constitucionais e legais adotados para a partilha e as transferências constitucionais dos recursos arrecadados entre as diversas esferas da federação, destaca(m)-se

- A** as disparidades regionais.
- B** o esforço próprio de arrecadação.
- C** os resultados alcançados com as transferências efetuadas.
- D** a superfície territorial dos estados.
- E** a compatibilidade entre o plano nacional, os planos estaduais e os municipais.

QUESTÃO 9

Considerando que princípios são as proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas subsequentes, em se tratando da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O princípio da legalidade expressa-se por meio da autonomia da vontade, o que significa dizer que só é permitido fazer o que a lei não proíbe.
- B** A impessoalidade é atributo a ser observado em relação aos administrados e à própria administração. Nesse último caso, os atos administrativos são imputáveis ao funcionário, e não ao respectivo órgão da administração.
- C** Com relação à publicidade, deve-se entender que o direito à informação não se restringe aos assuntos de interesse particular, mas também de interesse coletivo, ampliando as possibilidades do controle popular.
- D** Embora a imoralidade se identifique com a legalidade, não produz efeitos jurídicos.
- E** De acordo com o princípio da eficiência, deve prevalecer, no setor público, o controle do resultado, sendo irrelevante atender às necessidades dos usuários ou clientes.

QUESTÃO 10

Integra o Poder Judiciário

- A** a Advocacia Geral da União.
- B** a Advocacia Pública.
- C** o Conselho Nacional de Justiça.
- D** a Defensoria Pública.
- E** o Ministério Público.

QUESTÃO 11

São pessoas jurídicas de direito público

- A** as empresas públicas.
- B** os serviços sociais autônomos.
- C** as fundações autorizadas por lei, regidas pelo Código Civil.
- D** as organizações sociais como tal qualificadas pelo poder público.
- E** as agências reguladoras.

QUESTÃO 12

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a finalidade de orientar a elaboração dos orçamentos anuais, adequando-os às diretrizes, aos objetivos e às metas estabelecidos no plano plurianual. Segundo a LDO para 2010, integram o orçamento fiscal e o da seguridade social

- A os serviços sociais autônomos.
- B as empresas estatais dependentes.
- C os conselhos de fiscalização profissional.
- D as empresas controladas beneficiárias de recursos de participação acionária para aumento de capital.
- E as aplicações em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste realizadas pelas instituições financeiras regionais.

QUESTÃO 13

As hipóteses de renúncia de receita incluem o(a)

- A modificação da tabela do imposto de renda, com redução da alíquota marginal máxima.
- B remissão de dívida de pequeno valor, cuja cobrança seja mais onerosa que a recuperação do crédito.
- C isenção de tributo sobre determinado produto, cujas vendas tenham sofrido queda substancial.
- D rebaixamento da alíquota de imposto de importação sobre produtos cujos preços internos tenham se elevado significativamente.
- E redução da alíquota do IOF para aplicações financeiras com maiores prazos de resgate.

QUESTÃO 14

A receita de capital inclui

- A a amortização de empréstimo que tenha sido obtido junto a outro ente da Federação.
- B os juros sobre empréstimos refinanciados.
- C os dividendos sobre ações de empresas controladas.
- D a amortização de empréstimos concedidos.
- E os aluguéis recebidos de pessoas jurídicas.

QUESTÃO 15

Constitui inversão financeira a

- A integralização de capital de empresa industrial cuja constituição tenha sido previamente aprovada.
- B aquisição do controle de empresa em dificuldades.
- C transferência para inversão financeira em outros entes.
- D amortização de empréstimo obtido.
- E aquisição de imóveis novos.

QUESTÃO 16

As hipóteses de dispensa de licitação a critério da administração incluem a

- A obra emergencial, em razão de inundação, com término em até 210 dias.
- B manutenção de equipamentos de segurança, em função do término do respectivo contrato.
- C contratação de serviço com entidade da administração indireta especificamente criada para prestação do referido serviço, independentemente dos preços da mercadoria.
- D locação de imóvel com o mesmo proprietário de outros imóveis já locados, em função do ganho de tempo que tal circunstância irá representar.
- E compra de medicamentos de uso contínuo, em virtude da suspensão do fornecimento habitual, considerando o impasse na negociação dos preços.

QUESTÃO 17

Considerando que determinado município tenha apurado, ao final do exercício financeiro, receita corrente líquida de R\$ 200 milhões e que a sua dívida consolidada líquida tenha atingido R\$ 500 milhões, assinale a opção correta.

- A Ao final do exercício financeiro seguinte, o município deverá ter eliminado todo o excesso de endividamento em relação à receita corrente líquida anual.
- B Ao final do exercício financeiro seguinte, o município deverá ter reduzido sua dívida consolidada líquida para R\$ 400 milhões.
- C Ao final do primeiro semestre do exercício subsequente, o excesso deverá estar reduzido à metade.
- D O município não poderá receber transferências voluntárias a partir do quadrimestre subsequente ao da constatação do excesso e até sua eliminação.
- E Ocorrendo essa situação no último ano do mandato do prefeito, o município estará impedido de realizar qualquer operação de crédito, mesmo para refinar o principal atualizado da dívida mobiliária.

QUESTÃO 18

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites e condições para a despesa com pessoal. Nesse sentido,

- Ⓐ na verificação do limite desses gastos, não são computadas as gratificações pelo exercício de chefia.
- Ⓑ a verificação do cumprimento do limite é realizada uma vez por ano, ao final de cada exercício.
- Ⓒ as despesas de competência de exercício anterior, decorrentes de decisão judicial, são computadas no exercício de seu pagamento.
- Ⓓ ultrapassado o limite prudencial, é obrigatório retornar a ele no quadrimestre subsequente.
- Ⓔ não geram efeitos os aumentos de despesas com pessoal adotados nos seis últimos meses do mandato do titular do respectivo poder ou órgão.

QUESTÃO 19

As operações de crédito pleiteadas por estados, pelo DF e pelos municípios estão sujeitas a verificação do cumprimento de limites e condições estabelecidos na LRF. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Estão sujeitas ao controle da Secretaria do Tesouro Nacional também as empresas controladas, sejam elas dependentes ou não.
- Ⓑ As operações de crédito interno são homologadas pela Câmara dos Deputados e as de crédito externo requerem autorização específica do Senado Federal.
- Ⓒ O ente interessado deverá ter previsto, em seu orçamento, os recursos provenientes da operação, até mesmo quando se tratar de antecipação de receita.
- Ⓓ Se os recursos dessas operações excederem as despesas de capital, será necessária autorização do Poder Legislativo aprovada por maioria absoluta.
- Ⓔ Instituição financeira controlada por um estado não pode conceder empréstimo a esse estado, como beneficiário da operação.

QUESTÃO 20

Suponha que um ente, ao final do exercício, tenha apresentado os seguintes saldos (em milhões de reais) em sua contabilidade.

• passivo financeiro:	40
• <i>superavit</i> financeiro:	15
• ativo compensado:	55
• passivo real a descoberto:	10
• ativo total:	140

Com base nos dados acima, é correto afirmar que

- Ⓐ o passivo permanente foi igual a 45.
- Ⓑ o ativo permanente foi igual a 75.
- Ⓒ o ativo real líquido foi igual a 85.
- Ⓓ o ativo financeiro foi igual a 30.
- Ⓔ o passivo compensado foi igual a 85.

RASCUNHO